

RESUMO EXPANDIDO - 3. DETERMINANTES SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS DA SAÚDE

DESIGUALDADES NO ACESSO À ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E SEUS IMPACTOS NOS INDICADORES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Lucicleide Kubiczewski Goto (lucicleide.uepa2021@gmail.com)

Ramon Corrêa Ferreira (ferreiraramon202@gmail.com)

Livia De Aguiar Valentim (livia.valentim@uepa.br)

Franciane De Paula Fernandes (franciane.fernandes@uepa.br)

Sheyla Mara Silva De Oliveira (sheylaoliveira@uepa.br)

RESUMO

A Atenção Primária à Saúde constitui o primeiro nível de atenção do Sistema Único de Saúde e desempenha papel central na organização do cuidado no Brasil. Apesar de sua relevância, o acesso e a efetividade das ações da APS ocorrem de forma desigual entre regiões e grupos populacionais. Este estudo objetiva analisar como as desigualdades no acesso à Atenção Primária à Saúde influenciam os indicadores de saúde da população brasileira. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com análise de estudos publicados entre 2021 e 2026, nas bases BVS, PubMed, LILACS e SciELO. Os resultados evidenciam fragilidades nas regiões Norte e Nordeste, associadas à menor cobertura, infraestrutura insuficiente, escassez de profissionais e barreiras geográficas e socioeconômicas. Identificam-se desigualdades raciais e sociais que limitam o acesso aos serviços e impactam os resultados em saúde.

Conclui-se que o fortalecimento da APS é fundamental para promover a equidade e melhorar indicadores em geral.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Desigualdades Sociais; e Sistema Único de Saúde.

INTRODUÇÃO:

A Atenção Primária à Saúde (APS) constitui o primeiro nível de atenção no sistema de saúde brasileiro e compreende um conjunto articulado de ações voltadas ao cuidado individual e coletivo. Esse nível de atenção abrange estratégias de promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde, com o objetivo de assegurar uma atenção integral capaz de produzir impactos positivos nas condições de saúde da população. Nesse sentido, a APS configura-se como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), exercendo papel fundamental na coordenação do cuidado e na articulação com os demais pontos da Rede de Atenção à Saúde (Brasil, 2025). No âmbito da organização da APS, destaca-se a Estratégia Saúde da Família (ESF) como o principal eixo estruturante da expansão, do fortalecimento e da qualificação da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). A ESF fundamenta-se em um conjunto integrado de ações que incluem a promoção da saúde, a prevenção de agravos, a proteção, o diagnóstico e o tratamento, além da reabilitação, da redução de danos, dos cuidados paliativos e das atividades de vigilância em saúde. Essas ações são orientadas pelas necessidades individuais e coletivas da população adscrita, contribuindo para a integralidade do cuidado e para a melhoria dos indicadores de saúde (Moraes et al., 2023). Entretanto, o acesso e a efetividade das ações desenvolvidas na APS são fortemente influenciados pelos determinantes sociais da saúde. Segundo Oliveira et al. (2024), fatores sociais, econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais interferem diretamente na ocorrência de problemas de saúde e em seus fatores de risco, impactando de maneira significativa o acesso da população aos serviços de saúde. Dessa forma, tais determinantes contribuem para a produção e manutenção das desigualdades no acesso à APS, refletindo-se nos diferentes padrões de utilização dos serviços e nos resultados em saúde observados entre grupos populacionais distintos.

OBJETIVOS:

Analisar como as desigualdades no acesso à Atenção Primária à Saúde (APS) influenciam os indicadores de saúde da população brasileira mediante evidências científicas.

MATERIAL E MÉTODO:

Trata-se de uma revisão de literatura de caráter descritivo, com análise dos estudos publicados em periódicos no período de 2021 a 2026. A busca foi realizada nas plataformas da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed, LILACS e SciELO, incluindo artigos publicados em língua portuguesa e inglesa, utilizando os descritores “Atenção Primária à Saúde”, “Desigualdades Sociais” e “Sistema Único de Saúde”. Dos 14 artigos identificados, 5 atenderam aos critérios de inclusão e foram selecionados para o estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A literatura analisada evidencia que, embora a Atenção Primária à Saúde (APS) constitua a principal porta de entrada do sistema de saúde brasileiro, sua efetivação ocorre de forma desigual entre as diferentes regiões do país. Observa-se que as regiões Norte e Nordeste apresentam maiores fragilidades no que se refere à cobertura, à qualidade dos serviços ofertados e à disponibilidade de profissionais de saúde, quando comparadas às regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Essas desigualdades estão associadas, entre outros fatores, à menor densidade de trabalhadores da saúde, à escassez de serviços básicos e às extensas distâncias geográficas entre as comunidades e as unidades de saúde, o que dificulta o acesso oportuno da população aos cuidados primários (Oliveira et al., 2023).

Os resultados também indicam que municípios classificados com baixo desempenho e estrutura insuficiente tendem a apresentar menor renda per capita e maiores necessidades de investimento para a ampliação da cobertura da APS. Esses municípios estão concentrados, em sua maioria, nas regiões Norte e Nordeste, onde barreiras geográficas e socioeconômicas contribuem para a concentração das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) em áreas urbanas, em detrimento das zonas rurais e periféricas. Tal configuração

reforça as desigualdades territoriais e compromete a universalidade e a equidade do cuidado em saúde (Silva et al., 2023).

No contexto das políticas públicas, destaca-se a implementação de mecanismos voltados à melhoria da qualidade dos serviços de saúde, como os processos de avaliação de desempenho adotados no âmbito do programa Previne Brasil. Esse modelo utiliza indicadores relacionados à prestação de serviços e ao cadastro da população como instrumentos de monitoramento e incentivo à qualificação da APS. No entanto, embora esses dispositivos representem avanços na gestão, seus efeitos podem ser limitados em contextos marcados por desigualdades estruturais persistentes, especialmente em municípios com menor capacidade instalada (Silva et al., 2023).

Além disso, a efetividade da APS mostra-se fortemente condicionada a determinantes sociais que extrapolam o setor saúde. A literatura aponta que fatores como pobreza, baixa escolaridade, condições precárias de moradia, hábitos de vida e restrições no acesso aos serviços impactam diretamente a utilização e a qualidade do cuidado ofertado. Dessa forma, as iniquidades sociais, econômicas e políticas se refletem de maneira significativa nos padrões de acesso e uso dos serviços de saúde, comprometendo a equidade e a integralidade da atenção (Oliveira et al., 2023).

Outro achado relevante diz respeito às desigualdades raciais no acesso aos serviços de saúde. Estudos indicam que indivíduos autodeclarados brancos apresentam melhores condições de acesso aos serviços e a medicamentos, enquanto a população negra e parda vivencia maiores taxas de necessidades em saúde não atendidas. Essas disparidades evidenciam a permanência do racismo estrutural como determinante das iniquidades em saúde no Brasil, reforçando a necessidade de estratégias específicas no âmbito da APS que promovam a justiça social, a equidade racial e a redução das desigualdades no cuidado (Coelho et al., 2025).

CONCLUSÃO:

A literatura evidencia que, apesar da centralidade da Atenção Primária à Saúde no Sistema Único de Saúde, seu acesso e efetividade ainda ocorrem de forma desigual no Brasil. As regiões Norte e Nordeste apresentam maiores fragilidades estruturais, o que compromete a cobertura, a qualidade dos serviços e os indicadores de saúde. Essas desigualdades são agravadas por

determinantes sociais, econômicos e raciais, limitando o acesso equitativo aos cuidados. Assim, reforça-se a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades regionais e sociais, com foco no fortalecimento da APS e na promoção da equidade em saúde.

REFERÊNCIAS:

OLIVEIRA, Larayne Gallo Farias et al. Cenário das desigualdades regionais no acesso à atenção primária à saúde no Brasil. In: Acesso à saúde: desafios, perspectivas, soluções e oportunidades na atenção primária à saúde. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51795/97865265057931730>.

COELHO, R.; MREJEN, M.; FALCÃO, L. et al. Desigualdades raciais no acesso a serviços de saúde no Brasil (2019): uma análise de decomposição. BMC Health Services Research, Londres, v. 25, p. 1573, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12913-025-13527-6>.

SILVA, D. M. da; NORONHA, K.; ANDRADE, M. V. Indicadores municipais da Atenção Primária à Saúde no Brasil: desempenho e estrutura no período 2020–2022. APS em Revista, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 65–72, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/aps.v5i2.285>.

MORAES, R. C. F.; CORVINO, M. P. F.; MORAES, A. S. Importância da Estratégia Saúde da Família em termos de saúde pública e o acolhimento humanizado: relato de experiência. Revista Pró-UniverSUS, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 59–66, 2023. Disponível em: <https://revista.universus.edu.br>.

OLIVEIRA, Thaís de Souza; PEREIRA, Adelyne Maria Mendes. Expressões das desigualdades no acesso aos serviços de saúde na América Latina: uma revisão de escopo. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 7, p. e04932024, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024297.04932024>.

Palavras-chave: atenção primária à saúde; desigualdades sociais; e sistema único de saúde.

